



PROGRAMA DE GOVERNO DIRETRIZES GERAIS PSOL/TO2018 – 2022

**BERNADETE APARECIDA FERREIRA
GOVERNADORA**

Sínteses de 77 propostas prioritárias para diversos setores da Administração pública. Não é um processo conclusivo. Seguiremos colhendo Contribuições ao longo de todo o processo eleitoral através do portal Plataforma50, criado para ser um canal interativo de diálogo entre o PSOL e seus Simpatizantes.

Diretrizes de Governo

- 1.** Promoção da participação cidadã, garantindo a presença do Governo estadual nos espaços privatizados ou abandonados e propiciando a participação popular nas decisões estratégicas do Estado e nas políticas regionais.
- 2.** Estabelecimento de uma ética de responsabilidade social, com Inversão de prioridades, garantindo o resgate da dívida social Através do direcionamento de serviços e investimentos públicos para as áreas e setores mais abandonados.
- 3.** Separação entre o público e o privado, com transparência administrativa, fiscalização democrática sobre as ações do governo Estadual e o uso dos recursos públicos, e auditoria rigorosa das Contas públicas.
- 4.** Racionalização da máquina administrativa, reduzindo os Cargos de confiança ao estritamente indispensável e aproveitando ao máximo os servidores de carreira em cargos de direção.
- 5.** Prioridade absoluta às Políticas Sociais e Instalação de Políticas de Estado, com inclusão no ciclo orçamentário.

EIXOS

Educação

- 5.** Ampliação do orçamento do estado para a educação (de acordo com o previsto na Constituição Estadual – 35%) expandindo a rede pública de ensino e implantando efetivamente a escola de Tempo integral.
- 6.** Redução do número de alunos por sala de aula e ampliação da rede, através de reformas das escolas existentes e construção de novas unidades.
- 7.** Projeto político-pedagógico — ensino, aprendizagem, avaliação — formulado com a participação da comunidade envolvida. Projeto crítico voltado para a garantia da universalização da educação pública, gratuita, de qualidade e que fomente a participação social e o pensamento crítico dos/das educandos/as.
- 8.** Valorização dos educadores, com plano de carreira unificado (Professores e funcionários administrativos) que incentive a Permanência na profissão e a formação continuada, e a realização de concurso para professores e técnicos. Eleição para diretores nas escolas estaduais do Tocantins.
- 9.** Estrita observação do cumprimento dos eixos do Plano Nacional de Educação com prioridade para o eixo de garantia de uma educação voltada ao respeito e promoção da diversidade e valorização dos profissionais da educação.

Saúde

- 10.** Implementação do Sistema Único de Saúde em todas as regiões, com auditoria das verbas do SUS no estado e reversão da política de privatização que vem sendo realizada através das Organizações sociais na saúde.
- 11.** Prioridades nos programas de promoções de saúde com base na prevenção, destacando o combate aos vetores transmissores de doenças infectocontagiosas, e a integração dos sistemas escolar e de saúde, de modo a prover assistência médica aos alunos e a educação para a saúde. Prioridade da atenção primária e da educação popular em saúde.

12. Ampliação da rede estadual de hospitais, garantindo a assistência médica a população em tempo hábil, a começar pelo atendimento das áreas mais pobres; e realização de concurso público para contratação urgente de pessoal especializado.

13. Fortalecimento do programa completo de “Saúde da família”, especialmente nas regiões mais abandonadas.

14. Fortalecimento de Programa de acolhimento de pessoas em situação de exclusão e vulnerabilidade e do princípio da equidade do SUS.

Segurança Pública e Defesa da população

15. Articulação das polícias estaduais e federais e das guardas Municipais para desenvolver um sistema integrado de segurança do Cidadão e da Cidadã no combate ao crime, priorizando a proteção da vida sobre o patrimônio.

16. Integração das diversas esferas da segurança como Garantidora do patrimônio público, da segurança e vida dos cidadãos, organizadora do trânsito e Orientadora da cidadania.

17. Implementação, através de sistema escolar e dos meios de comunicação, de um programa permanente de educação para a justiça e a paz, articulado com investimentos sociais em creches, Centros culturais e de formação técnica nas áreas de populações mais vulneráveis.

18. Promoção e viabilização da polícia comunitária e de um sistema de segurança comunitário em todo o Estado do Tocantins.

19. Ampliar a estrutura e capilaridade da defensoria pública estadual proporcionando apoio jurídico permanente às populações marginalizadas ou em situação de risco.

20. Criar delegacias especializadas da Infância, das mulheres e dos idosos em pelo menos 20% dos municípios tocantinenses, aqueles com maior índice de violência e agressões.

21. Criar programas de capacitação de servidores públicos na área de segurança pública e enfrentamento à violência com promoção e defesa de direitos humanos que atinja todos os municípios do Estado, justiça restaurativa e justiça educativa/paralegais.

22. Construir Casas Abrigos integradas com Centros de Referências nos oito polos administrativo-político do Estado do Tocantins para pessoas em situação de violência e seus familiares.

Agricultura e Meio Ambiente

23. Implantar um novo modelo agrícola que valorize o trabalhador do meio rural, que de prioridade a agricultura familiar e à agricultura ecológica, garantidora de soberania alimentar, da inclusão de práticas alimentares promotoras de saúde, respeito à diversidade cultural, econômica e sustentável.

24. Promoção de um modelo de agricultura que confira protagonismo e valorize o papel das mulheres camponesas e da agricultura familiar e suas práticas, como hortas de quintal, roças, agro floresta, replantio de árvores frutíferas do cerrado, quebradeiras de coco e todos os produtos do babaçu, sindicalização e documentação de trabalhadoras rurais.

25. Ampliar e incentivar áreas de “Cinturão Verde” de forma que tenham uma produção diversificada, sejam economicamente viáveis, socialmente justa e ambientalmente correta.

26. Ação emergencial voltada para a recuperação de bacias hidrográficas, sistemas públicos de saneamento e fornecimento de água potável.

27. Implantação de programas de recuperação do Bioma Cerrado/ Tocantins, prevenção e mitigação de queimadas.

Habitação

28. Formulação de uma política habitacional para as populações excluídas, com implementações de parcerias com os municípios de um programa estadual de habitação.

29. Ampliação dos fundos públicos para a construção e reforma de moradias populares.

30. Programa de regularização urbanística e fundiária de favelas, loteamentos irregulares e ocupações,

31. Ampliação da Defesa Civil estadual para cobrir municípios desprovidos de defesa civil e complementar a ação das defesas civis municipais existentes.

32. Universalização de programação de registro e documentação de moradias populares em nome de mulheres que chefiam lares e mulheres que sejam mães sozinhas.

Emprego e Renda

33. Política de regularização da informalidade e de estímulo a pequena e média empresa; qualificação profissional e cidadã dos empreendedores de base familiar; flexibilização das normas de licenciamento para atividades econômicas familiar.

34. Estimular atração de empresas, através de investimentos em Infraestrutura, priorizando agregar valor à nossa produção primária fomentando a geração e distribuição de renda.

35. Ampliar e fortalecer a Agência MT Fomento priorizando principalmente o fomento de atividades produtivas geradoras de emprego e renda e para o crédito às populações de baixa renda.

36. Prioridade às Organizações e programas de Economia solidária no campo da produção de produtos e serviços; comercialização solidária, escambo e trocas e criação de moedas social tocantinense; fomento a bancos populares, feiras solidárias, vitrines e centros de economia solidária.

37. Envidar esforços para a implementação de indústria e comércio de energia solar e seus equipamentos, bem como para a popularização e acesso à população a artefatos de energia solar de baixo custo.

38. Investir prioritariamente em atividades voltadas à promoção da indústria, engenharia e tecnologia de alimentos típicos do Estado do Tocantins, que utilizem os frutos e vegetais do cerrado, laticínios e criação de aves.

Transporte

39. Desenho de um novo sistema com integração tarifária e intermodal, a partir de um amplo diagnóstico feito com a participação de usuários e técnicos.

40. Proposição de um novo marco regulatório que democratize a gestão do sistema, facilite a fiscalização pelo poder público e pela população e garanta a transparência na fixação das tarifas do transporte estadual.

41. Consolidar os sistemas de transportes multimodais, interligando os sistemas rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário.

42. Envidar esforços para a implantação do sistema de transporte diário fluvial e que utilize o grande lago de Palmas para facilitar o acesso de trabalhadores e trabalhadoras, estudantes e idosos aos seus locais de trabalho, estudo e circulação com acessibilidade.

43. Envidar esforços para a conclusão do trecho da ferrovia até Cuiabá e a reversão da política de privatização das estradas estaduais, bem como da política de implantação de pedágios.

Cultura, Turismo e Esporte

44. Ampliação do orçamento do estado em Cultura para no mínimo 1,5% da receita tributária.

45. Fortalecimento da democratização do conselho estadual de cultura com a ampliação da participação de representantes da sociedade civil.

46. Integração dos sistemas cultural e educacional, incrementando atividades extracurriculares que propiciem o convívio dos alunos com o nosso patrimônio cultural.

47. Criação de uma empresa pública estadual de cinema e produções multimídias; e criação de rádio e TV públicas estaduais como parceiras das rádios e TVs comunitárias.

48. Consolidação de um plano estadual de turismo cultural esportivo- ecológico, com calendário anual de eventos que priorize as tradições populares e as manifestações alternativas não mercantilizadas.

49. Efetivação da inserção do estado no Sistema Nacional de Cultura e implantação efetiva do Plano Estadual de Cultura.

Regiões

50. Promover ações de integração regional: Pantanal, Cerrado, Amazônia e Araguaia

51. Estimulo a uma cultura de protagonismo popular continuada, tanto na elaboração como no acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

52. Convocação de Conferências Regionais para a instalação de conselhos Regionais dotados de competência para deliberar, integrados por representações locais e setoriais; para debates, propostas e fiscalização da implantação das políticas sociais.

53. Regulamentação do relatório de impacto para controle dos grandes empreendimentos e dos polos de desenvolvimento.

POLÍTICAS SOCIAIS DE ESTADO

54. Instalação da Política Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das mulheres, com programas, projetos, ações sociais e orçamento próprio.

55. Instalação da Política Estadual de Direitos Humanos, com programas, projetos, ações sociais e orçamento próprio.

56. Instalação da Política Estadual da Criança, Adolescente e Juventude. Com programas, projetos, ações sociais e orçamento próprio.

57. Instalação da Política Estadual de respeito à Diversidade, Direitos Sexuais e Reprodutivos. Com programas, projetos, ações sociais e orçamento próprio.

58. Instalação da Política Estadual de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos de quilombolas, com programas, projetos, ações sociais e orçamento próprio.

59. Instalação da Política Estadual de Promoção e defesa dos Povos Indígenas, com programas, projetos, ações sociais e orçamento próprio.

60. Instalação da Política Estadual sobre drogas com foco na estratégia da redução de danos, com programas, projetos, ações sociais e orçamento próprio.

61. Instalação da Política Estadual de Universalização da Moradia Popular, com programas, projetos, ações sociais e orçamento próprio.

Orçamento

- 62.** Orçamento democrático, com participação da população, Publicitação e clareza das informações orçamentarias.
- 63.** Fim das emendas parlamentares individuais e combate ao clientelismo.
- 64.** Auditoria e renegociação da dívida estadual consolidada.
- 65.** Auditoria da dívida ativa (créditos a favor do estado) e cobrança dos grandes devedores.
- 66.** Controle acentuado das isenções fiscais para as grandes empresas e estímulo às pequenas e microempresas.
- 67.** Redução das secretarias e de equipamentos públicos burocratizantes.
- 68.** Cumprimento do ciclo orçamentário dentro do prazo e com inclusão das novas políticas sociais de Estado.

Fóruns Permanentes

- 69.** Fórum Permanente de Desenvolvimento Regional: composto por conselheiros (municipais e estaduais), membros das várias organizações sociais, lideranças locais/regionais, e um espaço para debate público, avaliação das políticas públicas, encaminhamento de denúncias e proposição de ações; a partir deles, se organizarão a Conferencia Estadual para sistematizar as principais questões do estado e formular as estratégias gerais de atuação do governo estadual.
- 70.** Fórum permanente dos portadores de necessidades especiais, com representações dos órgãos públicos e das associações civis do setor, para esquadrihar os problemas, propor soluções e acompanhar a ação do estado.
- 71.** Fórum permanente das diferenças de gênero e da diversidade de orientações sexuais, com representações dos órgãos públicos e das associações civis interessadas, para esquadrihar os Problemas, propor soluções e acompanhar a ação do estado.
- 72.** Fórum permanente da infância e da juventude, com representações dos órgãos público e das associações civis de jovens, estudantes, pais, educadores e conselhos tutelares, para esquadrihar os problemas, propor soluções e acompanhar a ação do estado.

73. Fórum permanente das populações marginalizadas, com representações dos órgãos públicos e das associações civis de negros, favelados, sem-teto, sem-terra, velhice desassistida, desempregados e outros segmentos preconizados, para esquadrihar os problemas, propor soluções e acompanhar a ação do estado na reparação histórica aos povos indígenas e afrodescendentes com a implementação de ações compensatórias.

74. Fórum Permanente da Educação, com representações tripartites.

75. Fórum Permanente do orçamento e controle de finanças com participação da sociedade civil, movimentos sociais, especialistas em gestão pública, em políticas sociais, em economia política, servidores das secretarias de planejamento e finanças, gestores e governadora.

76. Fórum Permanente de Defesa do SUS e da Saúde com participação tripartite, incluindo usuários e populações excluídas.

77. Fórum Permanente de Servidores e Servidoras públicas visando melhorar as condições de trabalho, a humanização e o apoio social às servidoras públicas na mitigação de suas jornadas de trabalho, bem como melhorar a prestação de serviços públicos à população a partir de suas próprias experiências de trabalho.